

SIMULAÇÃO DA ONU - TURQUIA

Murilo Mendes e Nathaly Vieira

A Turquia, cujo nome oficial é República da Turquia, é um país euro-asiático que ocupa toda a península da Anatólia. Faz fronteira com oito países: **Bulgária, Grécia, Geórgia, Armênia, Azerbaijão, Irão, Iraque e Síria**. A localização da Turquia, entre a Europa e a Ásia, torna o país geograficamente importante. A religião predominante no país é o islão e a língua oficial do país é o turco. A Turquia é uma **república unitária presidencialista**. Ou seja, tem na figura do presidente o poder central do governo turco. Além do Poder Executivo, há o Legislativo turco, composto por cerca de seiscentos políticos; e o Judiciário, que representa a estrutura jurídica local. O país tem relações estreitas com o Ocidente, nomeadamente através da sua presença em organizações como o **Conselho da Europa, OTAN, OCDE, OSCE e G20**.

O país também tem fomentado estreitas relações culturais, políticas, económicas e industriais com o Médio Oriente, com os estados turcos da Ásia Central, com os países africanos através da participação em organizações como a **Organização para Cooperação Islâmica e a Organização de Cooperação Económica** e com os países de língua portuguesa através da **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. A Turquia é importante ator geopolítico regional e enfrenta tensões com vários países vizinhos, como Grécia e Armênia. Na atualidade, ela possui uma economia de mercado orientada para o mercado externo. Devido à sua localização estratégica, à sua grande economia e às suas forças armadas, a Turquia é classificada como uma **potência regional**.

A Turquia é um país de muita história, considerando que já integrou parte de dois grandes impérios

mundiais, o Império Bizantino e o Império Otomano. A formação do Estado moderno da Turquia ocorreu após o fim da Primeira Guerra Mundial em 1918. A partir de então, o país teve um grande desenvolvimento económico e social, mas também uma forte **instabilidade política, especialmente pela atuação dos militares na política local**.

A Turquia desempenha uma função singular no tabuleiro geopolítico mundial. Não apenas serve, em alguns momentos, como plataforma para projeção de capacidades do Ocidente, delimitando a zona de influência norte-americana, como também, em outras circunstâncias, exerce o papel de anteparo para ameaças e impasses no Oriente Médio.

Economia da Turquia

A Turquia é considerada um país em desenvolvimento e é classificada como emergente, em razão do seu vasto crescimento económico e do amplo mercado consumidor. A economia da Turquia é bastante diversificada, com destaque para o **grande parque industrial e para a oferta de serviços turísticos**. Seu setor primário é formado por atividades como a fruticultura de uvas e maçãs; a criação de animais, especialmente para produção de leite; e o cultivo de grãos e legumes, como batatas, trigo e cevada.

O setor secundário da Turquia é caracterizado pela presença de grandes empresas da área automobilística, metalúrgica, siderúrgica, petroquímica, mineração e construção civil. O país é um importante exportador de bens manufaturados. O setor terciário é composto por vários centros de comércio e serviços, além de um grande setor bancário e amplo polo de negócios. O turismo, especialmente o cultural e o religioso, é uma atividade terciária muito importante para a economia turca.

Cultura da Turquia

A Turquia é um país conhecido pela influência cultural de diversos povos em razão das diferentes ocupações realizadas no seu território ao longo de tempos históricos distintos. Destacando-se a influência islâmica. Ainda, a Turquia tem se modernizado ao longo das últimas décadas, especialmente por meio de uma aproximação cultural com os países europeus.

A cultura turca é caracterizada pela vasta presença da religião no cotidiano da população, pela manutenção dos hábitos culturais tradicionais e pela promoção de formas de arte em áreas como literatura e cinema. No esporte, destacam-se as práticas coletivas, como o futebol, o vôlei e o basquete. Já na culinária, evidenciam-se os pratos preparados com massa folhada, recheios doces e o amplo consumo de chá.

Políticas externas

A Política Externa turca, enquanto protege os interesses do nosso país no turbulento ambiente regional e internacional, visa também criar condições favoráveis à paz e ao desenvolvimento sustentável e contribui para o estabelecimento de uma cultura de paz, prosperidade e estabilidade na nossa região. De acordo com o aspecto empreendedor da sua política externa, a Türkiye utiliza vários instrumentos políticos, econômicos, humanitários e culturais complementares e conduz uma diplomacia que pensa globalmente mas também atua localmente em todos os cantos do mundo. Com um total de 260 missões diplomáticas, a Türkiye tem a 5ª maior rede diplomática do mundo.

A Turquia foi o primeiro país a enviar profissionais e equipamento médico à capital da Somália para socorrer as mais de 300 vítimas do pior atentado desde que começou a insurgência do Al Shabab em

2007 - foi também o maior atentado no mundo depois do 11 de setembro. A pronta resposta de Ancara depois da pior agressão sofrida pela Somália é fruto das boas relações bilaterais construídas nos últimos anos. Depois de uma visita pessoal de Erdogan às vítimas da fome e da seca de 2011, o Governo turco desenvolveu uma política humanitária que permitiu expandir sua influência no continente africano. A partir daquele ano, agências públicas turcas, como AFAD, TIKA (Agência de Cooperação) e Diyanet (o ministério de Assuntos Religiosos), bem como empresas privadas participaram de projetos de reconstrução de infraestrutura e investimento nos setores de saúde e educação. A reforma do aeroporto da capital, a edificação de hospitais e a perfuração de poços artesianos em um país assolado pelas secas são exemplos de ações que consolidaram as relações entre ambos os países.

A Türkiye tem uma extensa rede global de cooperação com o Conselho de Cooperação de Alto Nível que estabeleceu com 29 países, os mecanismos da Cimeira Intergovernamental que iniciou com 4 países, bem como formações regionais com três ou mais membros. No âmbito da iniciativa Ásia de Novo anunciada em 2019, o nosso país segue uma política holística e abrangente em relação à região da Ásia, que acolhe as potências emergentes do século XXI.

Nosso país tem uma parceria estratégica com os Estados Unidos como aliado da OTAN e considera a ligação transatlântica indispensável para a segurança e a prosperidade na Europa. Como membro ativo da OTAN, a Türkiye faz contribuições importantes ao princípio da "indivisibilidade da segurança" da OTAN e está entre os 5 maiores contribuintes para as operações da OTAN e os 8 maiores contribuintes para o orçamento da Aliança.

Como parte da Europa, a Türkiye é membro e mesmo membro fundador de quase todas as instituições europeias, incluindo o Conselho da Europa e a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa. Como país central e de trânsito de linhas de energia, a Türkiye desempenha um papel vital na segurança energética da Europa e do mundo. A Türkiye é membro fundador de várias organizações e iniciativas regionais, como a Organização de Cooperação Económica do Mar Negro, o Processo de Cooperação do Sudeste Europeu e a Organização de Cooperação Económica. Como membro da Organização de Cooperação Islâmica (OCI), dos Oito Países em Desenvolvimento (D-8), da Organização dos Estados Túrquicos, do Diálogo de Cooperação da Ásia e do MIKTA (México, Indonésia, Coreia, Türkiye e Austrália), a Türkiye trouxe eficiência e dinamismo a todas as formações/organizações de que é membro através das presidências em exercício que assumiu.

Mais recentemente, a Türkiye assumiu a Presidência em exercício da Cooperação Económica do Mar Negro (BSEC) por seis meses, em 1 de Julho de 2023. A solução dos problemas mundiais depende de esforços conjuntos baseados na cooperação e num multilateralismo efetivo. Esta realidade orienta a diplomacia turca nos fóruns multilaterais. Sendo um membro ativo do G20 desde a sua criação e exercendo o mandato da Presidência do G20 em 2015, a Türkiye destaca a dimensão do desenvolvimento humano, incluindo o crescimento económico inclusivo e a distribuição justa, no G20.

A Türkiye desempenha um papel de liderança no domínio da resolução de conflitos e da mediação e é o único país que é também copresidente dos grupos de amigos sobre mediação na ONU, da OSCE e na OCI. Além das suas atividades neste domínio, a

Türkiye acolhe a Conferência Internacional de Mediação de Istambul, visa o reforço das suas capacidades e organiza o “Programa de Certificação da Mediação para a Paz” para jovens diplomatas dos países membros da OCI. Durante a pandemia do coronavírus, a Türkiye tornou-se o líder mundial da ajuda médica, estendendo a mão a 160 países e a 12 organizações internacionais.

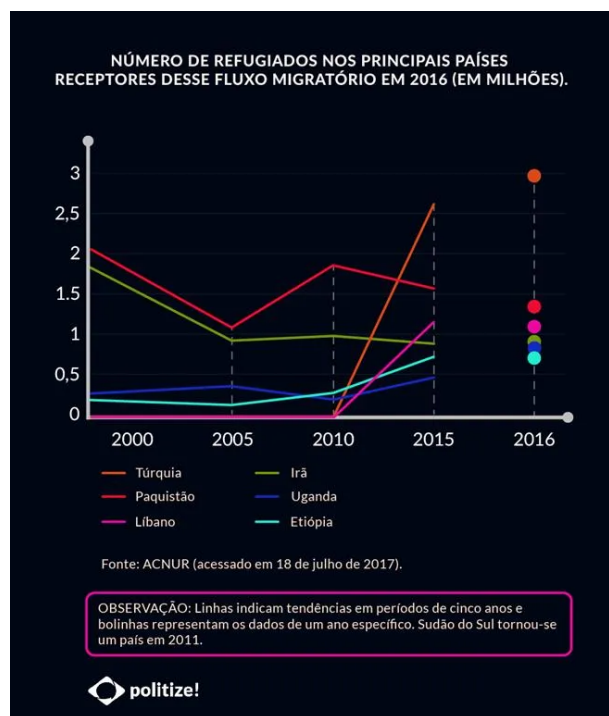
Neste processo, a Türkiye também fez sentir o seu poder de compassivo, trazendo mais de 100.000 cidadãos de 142 países para o nosso país, com a operação de evacuação mais abrangente da história da República. Por último, durante a guerra que começou com os ataques da Rússia à Ucrânia, mais de 18.000 dos nossos cidadãos da Ucrânia foram repatriados ao nosso país. A Türkiye luta ativamente contra o terrorismo, independentemente do motivo pelo qual é utilizado por qual organização.

A tradição do nosso Estado, que coloca o ser humano no centro, também se reflete no domínio do desenvolvimento e da ajuda humanitária. A Türkiye, que organizou a primeira Cimeira Humanitária Mundial em Istambul, em 2016, é o país mais generoso do mundo em termos de despesas humanitárias per capita em relação ao rendimento nacional.

Crise dos refugiados na turquia

A Turquia continua a acolher o maior número de refugiados em todo o mundo, visto que o número de pessoas deslocadas à força em todo o mundo devido a conflitos, violência e perseguição atingiu níveis recordes. A Turquia hospeda atualmente cerca de 3,6 milhões de refugiados sírios registrados, juntamente com cerca de 320.000 pessoas de outras nacionalidades. Até à data, mais de 40 bilhões de dólares foram gastos a nível nacional para prestar

todo o tipo de serviços e assistência aos sírios. Entretanto, centenas de milhares de sírios regressaram às suas casas graças aos esforços da Türkiye para incentivar o regresso voluntário e digno à Síria.



A República da Turquia faz parte da Convenção de Refugiados de 1951 e do Protocolo de 1967, mantendo a limitação geográfica da Convenção de 1951. Tal limitação prevê que qualquer refugiado extra-europeu deve a longo prazo retornar para sua terra natal ou ser realocado em um terceiro país fora da Europa. A Turquia tem empreendido reformas legislativas e institucionais para construir um sistema de asilo nacional eficaz em conformidade com os padrões internacionais. Em abril de 2013, a primeira lei de asilo da Turquia, a Lei sobre Estrangeiros e Proteção Internacional, foi aprovada pelo Parlamento e entrou em vigor em 11 de abril de 2014. A Lei estabelece os principais pilares do sistema de asilo nacional da Turquia e estabelece a Direção-Geral de Migration Management (DGMM) como a principal entidade responsável pela formulação de políticas e procedimentos para todos os estrangeiros na Turquia.

A Turquia também adotou o Regulamento de Proteção Temporária em 22 de outubro de 2014, que estabelece os direitos e obrigações, juntamente com os procedimentos para aqueles que recebem proteção temporária na Turquia.

Por causa da grande demanda, disponibiliza mais de 20 campos de refugiados, mas os abrigos são insuficientes para atender a todos os migrantes sírios, e muitos deles estão sem nenhuma assistência.

Dos 208.100 novos pedidos de refúgio feitos nos escritórios do ACNUR, a maioria foi recebido pela Turquia, seguido por Egito, Malásia, Jordânia e Síria. A Turquia tem recebido milhões de imigrantes e refugiados ao longo de duas décadas, primeiro em razão de sua própria prosperidade econômica, depois devido à guerra civil na vizinha Síria. A Turquia também tem uma população significativa de solicitantes de refúgio, mesmo desconsiderando os candidatos da Síria, abrigoando cerca de 30.400 refugiados do Iraque.

Por serem países mais próximos à Síria, os países árabes são os principais destinos de populações refugiadas. Porém, eles têm pouca ou nenhuma estrutura para receber tantas pessoas num intervalo tão curto de tempo. Há dificuldades em conceder quesitos básicos, como alimentação, abrigo e educação para as crianças.

Os sírios constituíram a maioria das pessoas que procuram segurança na Turquia. No entanto, 78.600 novos pedidos de refúgio não-sírios foram apresentados em 2016, muitos de pessoas vindas do **Afganistão, Iraque e Irã**. Isso fez da Turquia o terceiro maior destinatário de novas solicitações de refúgio.

Há 11 anos, quando a guerra começou, a Turquia recebeu os refugiados vindos da Síria numa óptica de

porta aberta. Desde esse ano até à atualidade, o país já acolheu quatro milhões de refugiados, a maioria, perto de 3,6 milhões, são sírios e tornou o país do mundo que mais migrantes recebe. Nessa altura, a Turquia era usada como uma das principais portas de entrada na Europa.

Os refugiados recebem atendimento que atenda às suas necessidades, e alguns têm um novo caminho para o trabalho. **Quase 12 milhões de sírios precisam de ajuda humanitária e só a Turquia acolhe atualmente 3,7 milhões refugiados do país devastado pela guerra, o maior número registrado.**

A rota do Mediterrâneo Oriental refere-se a chegadas irregulares à Grécia, a Chipre e à Bulgária. Em 2015, chegou à UE um elevado número de refugiados da guerra na Síria através desta rota.

Desde então, o número de chegadas irregulares por esta rota diminuiu substancialmente graças à cooperação entre a UE e a Turquia. A implementação da declaração UE-Turquia de março de 2016 desempenhou um papel fundamental na redução das chegadas irregulares através da Turquia.

Em 2015, chegou à Europa um número nunca antes visto de refugiados, chegavam não só da Síria, mas também no Afeganistão, Paquistão e Nigéria. Os números começaram a colocar pressão no sistema comum de asilo europeu. A extrema-direita europeia fortaleceu com discursos contra os refugiados, especialmente nos países que mais pessoas recebiam, como Itália. A imagem de Alan Kurdi, um bebé sírio que morreu numa praia na Grécia enquanto tentava entrar na Europa.

Um ano depois, em 2016, era anunciado um acordo entre a União Europeia e a Turquia, com o objetivo

de limitar o número de requerentes de asilo que chegavam aos países da fronteira europeia.

Foi anunciado um pacote de seis mil milhões de euros no total para projetos concretos nas áreas da saúde, educação, infra-estrutura e alimentação na Turquia. Em troca, todos os migrantes que tentassem chegar à Grécia a partir de território turco passariam a voltar para a Turquia, num esquema de um por um. Por cada sírio devolvido à Turquia a partir das ilhas gregas, outro sírio proveniente da Turquia será reinstalado na UE, tendo em conta os critérios de vulnerabilidade das Nações Unidas. A prioridade seria dada aos migrantes que não tivessem tentado entrar de forma irregular antes.

O acordo favorecia Ancara, não apenas pela lógica um por um, mas também porque se reduziram as regras sobre vistos de forma bilateral entre o grupo dos 27 e a Turquia e se reacenderam as conversas sobre a possível adesão da eterna pretendente à União Europeia. Para Bruxelas, os ganhos também eram óbvios, reduzia a pressão dos migrantes nos países da fronteira e mostrava que a União Europeia ainda falava a uma só voz.

Nos últimos anos, porém, Ancara tem mostrado que, cada vez mais, precisa de uma ação concreta. Em 2020, Erdogan ameaçou deixar entrar centenas de milhares de migrantes para a Grécia. Trata-se de uma tentativa de obter mais apoio ocidental na Síria e um pedido para que a Europa pegue na sua parte do fardo.

Em 2021, a UE anunciou o envio da segunda tranche de três mil milhões de euros, que servirão para financiar projetos até 2025 através do mecanismo de apoio aos refugiados na Turquia. Já em Junho de 2022 foi transferida uma parte desse pacote, 50 milhões de euros. O objetivo é continuar a financiar

serviços de saúde especializados, aconselhamento legal e apoio psicossocial, assim como o acesso à documentação civil.

Nas fronteiras entre a Turquia e a UE, o ACNUR está trabalhando com parceiros nacionais (Crescente Vermelho Turco, OIM e Unicef), avaliando a situação e fornecendo assistência humanitária quando necessário. Os grupos lá incluem sírios, afegãos, iranianos, sudaneses e outras nacionalidades, incluindo mulheres, crianças e famílias que chegam em condições precárias.

Embora a situação nas fronteiras ocidentais da Turquia e na Grécia e o movimento de milhares de pessoas sejam preocupantes, o desastre humanitário que se desenrola no noroeste da Síria e as enormes necessidades humanitárias em Idlib para cerca de 950.000 pessoas deslocadas internamente continuam exigindo ações urgentes.

Polêmicas

Entre 1959 e 2011, o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos fez mais de 2 400 julgamentos contra o governo turco por violações aos direitos humanos, particularmente em relação ao direito à vida e à liberdade e a tortura. Outras questões, como direitos dos curdos, direitos das mulheres, direitos LGBT e liberdade de imprensa, também atraíram polêmica. O registo dos direitos humanos no país continua a ser um obstáculo significativo à futura adesão à União Europeia.

Siglas, leis etc

- Conselho da Europa: principal organização de defesa dos direitos humanos no continente. A Turquia entrou em 1950.
- Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): aliança militar internacional

fundada em 1949. Formada como um pacto militar entre os países do Tratado contra o avanço da influência socialista.

- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).
- Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE)
- G20: principal fórum de cooperação econômico internacional
- Organização para a Cooperação Islâmica (OCI): entidade intergovernamental composta por estados islâmicos e que conta com uma delegação permanente na ONU.
- Protocolo de 1967: os membros comprometem-se a cooperar com o Alto Comissário das Nações Unidas para os Refugiados
- Convenção de 1951 e Protocolo de 1967: são os meios através dos quais é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e receber refúgio em outro país

SOBRE O TEMA

Refugiado é uma pessoa que sai de seu país por conta de “fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas”, em situações nas quais “não possa ou não queira regressar”. A ONU considera esta a pior crise humanitária do século, sendo este também o maior fluxo de refugiados desde a II Guerra Mundial. Em 2016, o grupo de pessoas que se deslocou de seus países fugindo de perseguições políticas e guerras chegou a 65,6 milhões – não em trânsito no momento, mas que passaram por essa situação desde que esses números são compilados.

A crise dos refugiados tem como uma das causas o aumento dos fluxos migratórios, fenômenos que

acompanham a humanidade desde os seus primórdios e cujos motivos podem ser os mais diversos, embora o mais comum seja a busca por melhores condições de vida, ou seja, migração econômica. A crise dos refugiados tem sido debatida de forma extensiva na mídia atual. Os refugiados são pessoas que saíram de maneira forçada de seus países para buscarem refúgio e uma oportunidade de reestruturação de suas vidas em outros países. O que força a saída dessas pessoas de seus locais de origem são principalmente a falta dos direitos humanos por conta de conflitos armados e conflitos políticos, causando a necessidade do asilo, porém, os refugiados encontram muita dificuldade para restabelecer-se em outros locais, além do que muitos deles não conseguem legalizar a sua situação no novo país com facilidade, vivendo como apátridas e, às vezes, na clandestinidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já considera a crise dos refugiados a crise humanitária mais intensa do século. Em 2016, o volume total de pessoas que haviam caído na condição de refugiado chegou a 65,6 milhões. A própria ONU estima que a última crise migratória de tamanha proporção deu-se durante a Segunda Guerra Mundial.

O comitê responsável por lidar com a questão dos refugiados é o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Seu papel principal é garantir que os países estejam conscientes de suas obrigações de conferir proteção aos refugiados e a todas as pessoas que buscam refúgio, atuando em conformidade com esses compromissos.

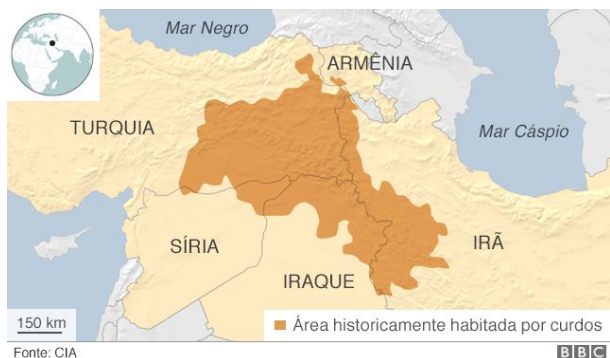
Síria

Milhões de sírios escaparam através das fronteiras, naquela que se tornou a maior crise de refugiados do mundo em décadas. Onze anos após o início dos conflitos na Síria, mais de 13,5 milhões de pessoas

foram forçadas a deixar tudo para trás. Mais de 6,6 milhões cruzaram fronteiras para escapar das bombas e balas que devastaram suas casas. A grande maioria dos refugiados sírios nos países vizinhos vive em áreas urbanas, com apenas 1 em cada 20 acomodados em um campo de refugiados em 2021. Os países vizinhos e próximos precisam de apoio internacional contínuo, tendo recebido generosamente mais de 5,6 milhões de refugiados sírios, a grande maioria deslocados em todo o mundo. Esses países estão sob crescente pressão financeira, especialmente devido ao impacto socioeconômico devastador da pandemia de COVID-19.

Hoje, a maioria das pessoas refugiadas sírias na região vive na pobreza. As perspectivas são terríveis para as mais vulneráveis, como mães solteiras, crianças que vivem sem cuidados e pessoas com deficiência. De acordo com dados de 2016 da ONU, 13,5 milhões de sírios dependem de assistência humanitária, o equivalente a $\frac{3}{4}$ da população do país. Além disso, 70% dessa população não tem acesso à água potável; 1 em cada 3 pessoas não se alimenta com o básico da nutrição necessária; mais de 2 milhões de crianças não vão à escola; 1 em cada 5 pessoas vive em situação de pobreza.

Os curdos formam uma população estimada entre 25 milhões e 35 milhões e habitam uma região montanhosa que se espalha pelos territórios de cinco países: Turquia, Iraque, Síria, Irã e Armênia. Eles compõem o quarto maior grupo étnico do Oriente Médio, mas nunca conseguiram um país próprio.



O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan, afirma que a ação militar visa "criar uma "zona segura e evitar a criação de um corredor terrorista ao longo da fronteira". Nos últimos dias, a ofensiva da Turquia contra os curdos na Síria deixou dezenas de soldados mortos de ambos os lados e causou a morte de 11 civis. Esse é o capítulo mais recente de um conflito que dura décadas em torno de lutas por independência.

Os curdos receberam tratamento duro nas mãos das autoridades turcas ao longo de diversas gerações. Em resposta aos levantes nas décadas de 1920 e 1930, muitos curdos foram reassentados, nomes e roupas foram proibidos, o uso da língua curda foi limitado e até a existência de uma identidade étnica curda foi negada, com pessoas designadas como "Turcos da Montanha". Em 1978, Abdullah Ocalan fundou o PKK, que defendia um Estado independente curdo na Turquia. Seis anos depois, o grupo iniciou uma luta armada. Desde então, mais de 40 mil pessoas foram mortas e centenas de milhares foram deslocadas. Nos anos 1990, o PKK recuou em seu pleito por independência, pedindo maior autonomia cultural e política, mas continuou a lutar. Em 2013, um cessar-fogo foi acordado após a realização de conversas a portas fechadas.

A Turquia mantém uma presença militar no norte da Síria desde agosto de 2016, quando enviou tropas e tanques pela fronteira para apoiar uma ofensiva

rebelde síria contra o Estado Islâmico. O governo da Turquia diz que o YPG e o PYD são extensões do PKK, compartilham seu objetivo de independência por meio de luta armada e são organizações terroristas que devem ser eliminadas.

A decisão foi tomada nas horas seguintes aos ataques da Síria às tropas turcas estacionadas na província de Idlib, nos quais morreram 33 soldados da Turquia. O conflito se intensificou na região devido a uma ofensiva do regime do presidente sírio, Bashar Assad, contra o último enclave rebelde no seu país, que é apoiado financeiramente e militarmente pelos turcos.

Afeganistão

Após 21 anos da invasão dos Estados Unidos, a volta do grupo fundamentalista Talibã ao poder trouxe à população ainda mais violência e repressão, deteriorando a situação humanitária. A situação humanitária no Afeganistão deteriorou-se em 2021, com consequências agudas para os grupos mais vulneráveis entre a população. Cerca de 3,5 milhões de pessoas estão deslocadas devido ao conflito e muitas crianças estão fora da escola.

“As políticas públicas relacionadas à proteção das mulheres e dos direitos humanos em nossos países estão sendo atacadas. Nossos líderes políticos, como nosso primeiro-ministro, já disseram coisas como ‘a mulher pode ser estuprada dependendo do que estiver usando’”. Eles estão mostrando o ódio e misoginia que têm contra a visibilidade e a participação das mulheres na esfera pública. As mulheres estão sendo atacadas, estupradas, espancadas e até mortas em diversas regiões do país. É uma crise imensa, há muita revolta.

Iraque

O país atualmente ainda vive uma grande crise econômica e social, bem como uma grande instabilidade política. A população é atingida pela miséria que assola o país, bem como pelos altos índices de violência, corrupção e ausência de infraestrutura.

Por conta da Guerra Civil, que se iniciou a partir de 2006 com a morte de Saddam Hussein e durou até 2008, as três frentes que habitam o país convivem com o medo e a desconfiança mútua. Por conta do intenso colapso ao qual está mergulhado o país e da falta de apoio da comunidade internacional – sobretudo após a retirada das tropas americanas –, a situação do Iraque não poderia ser pior.

Mais de 3 milhões de iraquianos foram deslocados em todo o país desde o início de 2014 e muitos são refugiados em outros países. Execuções em massa, violações sistemáticas e atos de violência são generalizados.

Grécia

As relações deterioraram-se novamente na década de 1950 devido à questão de Chipre, ao pogrom de Istambul de 1955 e a expulsão dos gregos de Istambul na década de 1960, a invasão turca de Chipre em 1974 e as subsequentes confrontações militares sobre a disputa egeia. Um período de relativa normalização começou depois de 1999 com a chamada "diplomacia do terremoto", o que levaria a uma mudança na posição anteriormente negativa do governo grego relativamente à questão da adesão da Turquia à União Europeia.

Nos tempos modernos, após a amargura com a crise de Chipre de 1974 e anos de governos socialistas, a Grécia era veementemente anti-americana, apesar das tradições ocidentais compartilhadas.

Em contraste, a Turquia já se orgulhava de seus costumes seculares institucionalizados por seu primeiro presidente moderno e pró-Occidente, Mustafa Kemal Atatürk. Seus sucessores até recentemente eram autocratas pró-americanos.

Armênia

Genocídio Armênio.

Documento de Posicionamento Oficial

A República da Turquia, um país euro-asiático que ocupa toda a península da Anatólia, mantém relações estreitas com o Ocidente, demonstradas por sua participação em organizações como o Conselho da Europa, a OTAN, a OCDE, a OSCE e o G20. Além disso, o país tem estreitos vínculos culturais, econômicos, políticos e industriais com o Oriente Médio, os estados turcos da Ásia Central, nações africanas e com os países de língua portuguesa.

Historicamente, a Turquia tem um papel notável no acolhimento e apoio aos refugiados em sua região, tendo em vista o aumento recordista do número de pessoas deslocadas à força em âmbito global. Desde o início da guerra civil na Síria, em 2011, a Turquia tem acolhido mais de 3,7 milhões de refugiados sírios, tornando-se o país que mais acolhe refugiados no mundo. A Turquia desempenha um papel fundamental na atenuação dos impactos humanitários do conflito na Síria, fornecendo refúgio a milhões de sírios que fugiram da violência. Ademais, o país mantém esforços em direção a uma solução política abrangente para a crise síria, apoiando esforços diplomáticos como o Processo de Astana.

A Turquia mantém firmes seus compromissos com os princípios humanitários e o direito internacional, incluindo sua participação na Convenção das Nações

Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados (1951) e o Protocolo de 1967. O governo turco tem empreendido reformas legislativas e institucionais para que o asilo nacional seja eficaz e conforme os padrões internacionais. Por exemplo, em abril de 2013, a primeira lei de asilo da Turquia, a Lei sobre Estrangeiros e Proteção Internacional, foi aprovada. Também adotamos o Regulamento de Proteção Temporária em 22 de outubro de 2014.

O governo turco tem fornecido refúgio, assistência humanitária e acesso a serviços essenciais, como educação e saúde, a essas comunidades de refugiados. Diante da grande demanda, disponibiliza mais de 20 campos de refugiados. Continuamos a fazer todos os esforços para garantir que os direitos humanos e as necessidades básicas dos refugiados sejam respeitados e atendidos.

Reconhecendo que a crise dos refugiados é um desafio global que requer uma resposta coordenada da comunidade internacional, continuamos a trabalhar em estreita colaboração com a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a União Europeia e outros parceiros para melhorar a situação dos refugiados, proporcionar abrigo e criar condições propícias ao retorno seguro e digno dos refugiados aos seus países de origem. Por isso, a cooperação entre a União Europeia e a Turquia, que prevê o retorno dos migrantes que chegam às ilhas gregas e o apoio financeiro da UE para a assistência aos refugiados na Turquia, desempenhou um papel fundamental na redução de chegadas irregulares através do país.

A Turquia reitera seu compromisso em continuar a acolher refugiados e a trabalhar para encontrar soluções duradouras para a crise. Acreditamos que a crise dos refugiados é um desafio global que requer uma solução global, baseada nos princípios da

responsabilidade compartilhada, da solidariedade e da cooperação internacional. Defendemos uma abordagem holística e sustentável para lidar com as causas das migrações forçadas, como a resolução política dos conflitos, o combate ao terrorismo, o respeito aos direitos humanos e o desenvolvimento socioeconômico das regiões de origem dos refugiados.

A República da Turquia reitera o seu compromisso de continuar a acolher os refugiados que necessitam de proteção internacional, contudo, também espera que os seus parceiros internacionais cumpram as suas obrigações e contribuam efetivamente para aliviar o fardo que recai sobre o país. A Turquia também solicita à comunidade internacional que aumente o seu apoio financeiro, técnico e político não apenas à Turquia, mas também aos países vizinhos que acolhem milhões de refugiados.

Referências em outro anexo.